

Conflitos e negociação de identidade em terras gaúchas

Conflicts and identity negotiation in south Brazilian lands

*Cristine Fortes Lia**

Resumo

A vida das comunidades judaicas na Europa, no final do século XIX, estava inviável. As permanentes tensões, em diferentes regiões europeias, promoveram a busca por lares nacionais na América. Dessa forma, no início do século XX foram fundadas, no Rio Grande do Sul, colônias agrícolas para imigrantes judeus, constituindo o período oficial de imigração judaica para o Brasil. O projeto das colônias agrícolas foi marcado por várias dinâmicas, como a inabilidade dos referidos indivíduos com o trato da terra, que caracterizaram a comunidade imigrante de forma negativa. Além disso, pessoas religiosamente distintas, ou seja, não católicas, não eram bem vindas ao Brasil das primeiras décadas do século XX. As formas de instalação na vida rural, as tentativas de rompimento com a mesma, a negociação para permanecer no Brasil e, principalmente, a necessidade de manter sua religiosidade, evidenciando a natureza positiva da mesma, foram marcas do processo imigratório judaico para o Brasil. Este estudo se ocupa da análise das estratégias desenvolvidas por este grupo de imigrantes para garantir sua permanência em cidades brasileiras do sul, destacando o universo religioso que, rejeitado pela sociedade local, transformou-se no foco de conflitos vivenciado pela comunidade.

Palavras-chave: judeus; identidade; conflitos.

Abstract

The life of Jew communities in Europe, by the end of the 19th century, was unviable. The permanent stresses, in different regions of Europe, encouraged people to search for national homes in America. Therefore, agricultural colonies for Jewish immigrants were established in Rio Grande do Sul in the beginning of the 20th century, constituting the official period of Jewish immigration to Brazil. The project of agricultural colonies was marked by many dynamics, like the inability of those individuals to work the land, which characterized the immigrant community as something negative. Furthermore, religiously different people, in other words, not Catholic, were not welcome in Brazil in the first decades of the 20th century. The ways of settling in the rural life, attempts to break up with it, the negotiations to stay in Brazil and, mainly, the necessity of maintaining their religiosity and of evidencing its positive nature were all traces of the process of Jewish immigration into Brazil. This study is concerned with the analysis of the strategies this group of immigrants developed to ensure their stay in South Brazilian cities, highlighting the religious universe that, rejected by the local society, transformed itself in the target of the conflicts that were experienced by the community.

Keywords: Jews; identity; conflicts.

* Doutora em História pela PUCRS. Docente e pesquisadora da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: crisflia@bol.com.br

1. As comunidades judaicas e seus estereótipos

Falar em uma identidade para os judeus no Brasil é algo extremamente complexo. Ao ouvir a palavra “judeu”, o interlocutor imediatamente se remete a alguma construção: o errante, o comunista, a vítima do holocausto, o usurpador, o comerciante inescrupuloso, etc. O interessante é que raramente essa identificação corresponde a um dado concreto; quem de fato conhece o judeu errante ou usurpador?

A identidade judaica, em geral, é construída através de estereótipos que não correspondem a características da comunidade judaica. Além disso, o antissemitismo introduziu uma lógica perversa, na qual o preconceito supera qualquer informação. Assim, na maioria das vezes, as pessoas não gostam de judeu, mas do seu “judeu” particular, fruto da sua própria construção sobre o judaísmo.

Em *Reflexões sobre o racismo*, Jean-Paul Sartre (1978, p. 7) chama a atenção para a inexistência de fundamento nas definições sobre os judeus. Segundo o filósofo francês, as pessoas afirmam que: “[...] deve haver algo nos judeus: eles me incomodam fisicamente [...]” ou “eu os odeio porque são interesseiros, intrigantes, pegajosos, viscosos, sem tato etc.”. O que grande parte das pessoas define como a “raça judia” corresponde a um conjunto de defeitos atribuídos a determinados seres humanos. Jean-Paul Sartre (1978, p. 9) salienta o fato de que nossas informações sobre o judaísmo, em geral, não constituem um “dado histórico”, mas “[...] ideia que os agentes da história nutriam a respeito do judeu”.

Durante o processo de imigração judaica para o Brasil, as definições sobre a identidade judaica careciam de qualquer base teórica. O judaísmo era definido por outros grupos religiosos, em especial os católicos, e organizações de caráter político, que visavam constituir uma nacionalidade para o povo brasileiro ou buscavam ampliar cotas para imigrantes. Mas, as definições sempre eram norteadas por uma percepção de natureza religiosa.

De fato, a definição mais comum do judaísmo está ligada à religiosidade do grupo. Neste caso, a crença na religião judaica, ou seja, o fator religioso é base de organização do grupo. Essa visão, no entanto, mesmo que correta em alguns casos,

é insuficiente para definir o fenômeno do judaísmo, considerado, neste texto, como um grupo étnico que tem como base uma história comum (do judaísmo). A ideia de história comum possibilita uma visão mais ampla do conceito de judaísmo.

O judaísmo não é apenas uma religião: é uma oníbarcante cosmovisão, em que entram elementos religiosos, éticos, sociais, messiânicos, políticos e filosóficos. As ideias básicas do judaísmo devem também ser assentadas no fundamento da ideia espiritual-cultural nacional-judaica [...]. (Jitlovski In Guinsburg, 1970, p. 257).

De acordo com estes pensadores judeus, a conversão religiosa não é fator suficientemente forte para inserir alguém no mundo judeu ou, ao contrário, excluí-lo dele. Um ateu não pode ser judeu? Sigmund Freud não era judeu? Olga Benário Prestes era comunista e, portanto, ateia. Entretanto, foi deportada para a Alemanha nazista e enviada para um campo de concentração, onde morreu durante a Segunda Guerra Mundial, por ser judia.

Quando John Dominic Crossan (1995) faz sua distinção entre antijudaísmo e antissemitismo, observa que o abandono da religião não inibe o antissemitismo, pois este estaria ligado à etnia, não definida meramente pelo fator religioso. A ideia de história comum baseia-se na forte ligação do judaísmo com sua própria história. Um vínculo que não se estabelece apenas por se manterem as tradições do passado, mas pelo fato de cada indivíduo estar envolvido com a história judaica como sua própria história de vida. Todas as formas de sobrevivência que o grupo desenvolveu, suas múltiplas táticas de resistência e os mitos que delas se originaram, constituem o universo de todos os judeus, em qualquer lugar do mundo.

Entretanto, essas formulações a respeito da identidade judaica não inibem a manutenção das constantes construções sobre a mesma; de forma que, o judeu oriundo das formulações preconceituosas, sem referências concretas e que não remetem às ideias acima expressas, é um ser “imaginário”. Uma construção pobremente elaborada, que corresponde às necessidades de determinadas sociedades “exorcizarem” seus problemas de ordem econômica, social, religiosa, etc.

Não é pretensão, deste texto, construir uma ideia concreta a respeito da identidade judaica, mas sim evidenciar o quanto as definições pejorativas ligadas à fé no judaísmo contribuíram para dificultar a assimilação dos imigrantes judeus

pela sociedade brasileira da época. E, também, evidenciar a dificuldade em desconstruir as percepções vinculadas ao judaísmo, oriundas de um poderoso discurso que ora “demoniza” ora “vitimiza” esse grupo étnico. A análise dos discursos sobre os judeus no Brasil, o dos grupos antissemitas do período da Era Vargas (que elaboraram vários tipos de conceitos negativos sobre esta comunidade) e o da historiografia brasileira a partir da década de 1970 (que criou uma espécie de linearidade no antissemitismo na história brasileira), permite a visualização da permanência dessas ideias.

2. Os judeus no Brasil de Getúlio Vargas

O início do século XX corresponde a um novo período de vinda de judeus para o Brasil. Esse processo de imigração judaica para o território brasileiro tem ocupado inúmeros historiadores contemporâneos, bem como foi preocupação de intelectuais da época, que dedicaram obras se posicionando, em geral, contra tal processo migratório. A política do governo de Getúlio Vargas, profundamente ambígua e antissemita, tentou inibir de todas as formas esse processo de imigração. Importa ressaltar que a chegada dos judeus no Brasil é anterior à Era Vargas. Na primeira década do século XX, as colônias agrícolas foram fundadas no sul do Brasil para receber esses imigrantes. A criação de espaços rurais está ligada ao fato de, neste período, o Brasil só se interessar por imigrantes que viessem para trabalhar na terra. No entanto, toda a experiência dos referidos imigrantes era de vida urbana.

A imigração judaica para o Rio Grande do Sul, processo que corresponde à imigração oficial para o Brasil, aconteceu, então, através da fundação das referidas colônias no interior do estado gaúcho. Despreparados, não adaptados à vida agrícola e nem às condições climáticas do país, os imigrantes judeus acabaram por abandonarem a vida nas colônias, o que reforçou os estereótipos sobre os mesmos, agora vistos como ingratos e inúteis. Eram aqueles que queriam viver da usura, afirmação comum na época, que não levava em conta as experiências culturais e econômicas da comunidade na Europa.

Quando inicia a Era Vargas, os discursos sobre os problemas em manter uma comunidade judaica no Brasil foram ampliados pelo fracasso das colônias e pelo

modelo da nacionalidade ambicionado pelo período, no qual o brasileiro ideal era branco, católico e bom trabalhador. Assim, o judeu era considerado o elemento indesejado pela sociedade, inútil economicamente, pois era o não agricultor. Além disso, professava uma religião não legítima. Representava aquele que disseminaria uma herança cultural negativa no seio do povo brasileiro. Era necessário garantir o isolamento, impedir a “contaminação” do sangue judeu nas veias brasileiras. Eram os preconceitos do sangue. O sangue judeu estaria contaminado, infecto. O “cruzamento” com essa “raça” “poluiria” os brasileiros.

Mesmo objetivando um branqueamento da população brasileira, o projeto de nacionalização repelia a entrada de imigrantes judeus. Eram brancos, porém, indesejados. Segundo Alcir Lenharo (1986), não podendo se apoiar em razões biológicas, esse preconceito antijudaico se fundamentou em razões “socioculturais”, segundo as quais o elemento judeu não correspondia às “necessidades imigratórias do país”. Michel Foucault (1984), em *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*, nos mostra o quanto a ideia de sangue determina a posição social dos indivíduos. Segundo Foucault, a imagem de sangue está diretamente ligada à hereditariedade, ao que pode ser transmitido.

A existência de um grupo está ligada à transmissão de seu sangue. Este constitui todo o universo simbólico das alianças, dos sacrifícios, do derramamento, “fácil de derramar, sujeito a extinção, demasiadamente pronto a se misturar, suscetível de se corromper rapidamente” (Foucault, 1984, p. 138). O filósofo francês chama a atenção de que controlar o sangue é um exercício de poder, de impedir a manifestação de algo indesejado.

Uma das posturas da ação política do período foi a de pregar o “sexo higiênico”, fazendo grande alarde em torno das doenças venéreas. O sexo higiênico era aquele praticado dentro do casamento. Essa postura foi amplamente defendida pela Igreja Católica, já que o verdadeiro casamento era aquele celebrado pela instituição religiosa acima referida. Estavam fora da prática higiênica do sexo todos aqueles que não contraíssem matrimônio pelos moldes do catolicismo. Com isto, criou-se a ideia de impureza nas práticas sexuais dos não católicos, dos que “viviam em pecado”. Aliás, segundo Lenharo (1986), judeus, negros e japoneses eram apontados como degenerados sexualmente.

Importa destacar, mais uma vez, que os judeus constituíam uma etnia imigratória indesejável e, portanto, não faziam parte do grupo que realizaria o conveniente branqueamento da população. O impedimento das práticas sexuais, entre os considerados verdadeiramente brasileiros e as minorias étnicas, foi uma das muitas faces do isolamento que o período conferia a tais minorias. Impedir a “mistura” entre brasileiros e judeus foi também uma maneira de garantir que uma “religião menos legítima” se infiltrasse em um Brasil que se pretendia católico.

Além do aparato de repressão policial e da divulgação do caráter infecto que os imigrantes judeus continham, o antissemitismo da época ainda contou com forte propaganda ideológica, que foi divulgada através de jornais, panfletos, obras que se pretendiam ser de história do Brasil. Na tentativa de neutralizar e erradicar a presença judaica em terras brasileiras, o período de 1930-1945 foi de intensa propaganda antijudaica. Ao mesmo tempo em que se fazia intensa exaltação do que se postulou, naquela época – ser verdadeiramente nacional –, buscou-se denegrir a imagem do outro; no caso específico de nossa análise, este outro é o judeu.

Assim, temos a construção da identidade judaica no período, o ser que não deve “vingar”, que não merece o pertencimento em terras brasileiras por representar o acima descrito: infectos, degenerados, inúteis economicamente, religiosamente equivocados, etc. Esse é o judeu construído pela e para a Era Vargas! O indivíduo errante que viria deteriorar a boa índole dos cidadãos brasileiros.

Vários segmentos da imprensa também se ocuparam em dar sua contribuição para essa construção de identidade. Foi o caso da publicação católica *Unitas*, que formulou vários tipos de definições depreciativas sobre os judeus na sua edição de novembro de 1933: "A Rússia bolchevista é creatura [criatura] do judaísmo [...]. A imprensa e os anúncios, o teatro e o cinema, muitas vezes, transbordam de tendências frívolas e cínicas, envenedoras da alma cristã, criadas e difundidas pelo judaísmo" (*Unitas*, 1933, p. 415).

O artigo, que utiliza definições sobre o judaísmo que estão na obra *O judeu internacional*, de Henri Ford, também atribui ao Estado a responsabilidade de controlar as vertentes religiosas que se disseminavam no país, devendo inibir

severamente a propagação do judaísmo. E ainda condena a imigração judaica para o Brasil, denominada no mesmo como “o presente grego, o cavalo de Tróia”.

Constantes eram também as aparições dos judeus nas páginas policiais de diversos periódicos; falsários, cafetões, membros de quadrilhas internacionais, comunistas, etc. Essa tendência à criminalidade reforçada insistentemente, na visão dos periódicos, contribuía para reafirmar a posição do judeu como imigrante indesejável e como elemento que precisava ser cuidadosamente vigiado dentro do território nacional. A ideia de que todo o processo de prostituição no Brasil era organizado por quadrilhas judaicas foi, amplamente, alardeado pela imprensa. Construiu-se uma tendência de acreditar que toda prostituta vinda da Europa, em especial da Polônia, era judia, bem como de que todos os cafetões eram judeus objetivando o lucro e a destruição dos valores morais da sociedade brasileira.

A construção desse sentimento contra judeus através da imprensa apoiava-se, em geral, principalmente durante os anos do Estado Novo, nas questões econômicas, apontando-os como usurpadores e inúteis economicamente. O pensamento sobre a inutilidade econômica dos judeus centrava-se em um exemplo concreto: os imigrantes haviam abandonado as colônias agrícolas. Dessa forma, eram vistos como inúteis e ingratos, incapazes de reconhecer o que o Brasil havia proporcionado para eles.

Mas, em muitos casos, o apelo antissemita se construía exclusivamente através de uma motivação de ordem emocional, que envolvia, quase sempre, um confronto de ordem religiosa. Reconstruía-se, então, a imagem de deicidas, de povo que merece castigo, de indignos, hereges, etc. O texto abaixo corresponde a uma mostra do que a imprensa publicou nessa linha de pensamento.

Durante a vida terrena de Jesus Cristo, gritaram os judeus: “Não queremos que este seja o nosso rei!” Não admitimos que ele estenda sobre nós o ceptro [cetro] do seu domínio! Sim, não o quiseram e o pregaram na cruz [...] Nos tempos presentes, repete-se a mesma cena. (Unitas, 1931, p. 90).

A revista *Unitas*, voltada para o apelo emocional, pretendia, através da construção de um discurso que remete aos tempos bíblicos, alertar sobre a periculosidade de um grupo – o dos judeus – que, desviado dos verdadeiros valores

morais, objetivava neutralizar a cultura cristã no Brasil, inserindo o país num universo da anarquia, da imoralidade e do comunismo. Como podem os assassinos de Cristo permanecer em nossas terras? Mesmo que não fossem economicamente inúteis, eram moralmente comprometidos.

Também merece menção o caráter doutrinário da Ação Integralista Brasileira que, nos primeiros anos da Era Vargas, ocupou-se em criar uma identidade para a comunidade judaica. Em 21 de abril de 1936, por exemplo, o jornal *Correio do Povo* publicou um expressivo texto na sessão “A pedidos”, de Mario Ferreira de Medeiros, que se assinava chefe provincial da AIB no Rio Grande do Sul. Nesse texto, intitulado “Pelo bem do Brasil, Anauê! Integralismo versus judaísmo internacional. Uma palavra de ordem aos cento e trinta núcleos integralistas do Rio Grande do Sul”, o referido chefe provincial conclamava os integrantes da Ação Integralista para a luta contra os judeus maçons.

Para isso, apresentava inúmeros argumentos que evidenciavam a relação judaísmo e maçonaria e a extensão das atividades dessa organização. Exigia o comprometimento dos membros da AIB para salvar a nação e afirmava não temer pela própria vida que estaria em jogo nesta luta, dada a periculosidade de seus oponentes, os judeus maçons. Para ele, comunismo, maçonaria e judaísmo eram sinônimos, já que partiam da mesma vertente do mal. Era preciso “[...] limpar o Brasil da peste comunista. Banqueirismo, maçonaria e comunismo, tudo é a mesma coisa: ‘judaísmo internacional!’” (*Correio do Povo*, 21/04/1936, p. 11).

Impossível não mencionar o padre Ricardo Liberalli com suas longas afirmações sobre o perigo judaico: “o plano judaico é descristianizar o universo para nele implantar a República Comunista universal, sob o controle dos hebreus, que se tornariam senhores do mundo” (*Estrella do Sul*, 23/10/1932, p. 03). Ou ainda: “A maçonaria, meus caros pastores, é o mesmo Anticristo, porquanto que é o posto avançado dos judeus, pela qual desejam implantar o comunismo ateu no mundo” (*Estrella do Sul*, 12/08/1937, p. 07). As construções de Liberalli são interessantíssimas, pois os judeus são ao mesmo tempo ateus, capitalistas, comunistas e pretendem destruir a civilização ocidental da qual fazem parte.

Todas essas formulações encontraram (e ainda encontram) “eco” na sociedade, propiciando um imenso clima antissemita, calcado em uma aversão contra indivíduos idealizados através do discurso inconsistente de determinados grupos sociais. Promoviam um silenciamento sobre a cultura judaica, fazendo desse silêncio o domínio de seus próprios discursos.

Criou, nesse sentido, aquilo que Eni Orlandi (1996, p. 264) considera como uma fala silenciadora, através da qual não se cala um grupo, mas “se fala para não se dizer certas coisas, para não se permitir que se digam coisas que causam transformações limites, ou melhor, [...], para não se dizer (ou deixar dizer) as outras palavras. Nesse sentido, a fala é silenciadora enquanto domínio do mesmo”.

3. A identidade judaica na historiografia brasileira

A partir da década de 1970, a temática do judaísmo (mais precisamente dos judeus no Brasil) ganhou mais espaço dentro dos estudos da historiografia brasileira. Graças a historiadores como Anita Novinsky, um tema até então considerado sem importância emergiu com “grande fôlego” para as pesquisas acadêmicas. No entanto, alguns desses estudos acabaram por conferir um caráter de grupo vítima para os imigrantes judeus no Brasil. Enxergando uma suposta linearidade nas perseguições sofridas pelos mesmos em terras brasileiras, construíram uma nova identidade para eles: as vítimas da intolerância nacional.

Esse caso pode ser exemplificado com *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração: 1930-1945*, de Maria Luiza Tucci Carneiro (1995), que estabeleceu uma corrente historiográfica, pioneira nesse enfoque, que observa a presença dos judeus no Brasil, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, através do antissemitismo do período. Para a autora, durante o período do Estado Novo, a comunidade judaica foi atacada de todas as formas e não encontrou espaço para sua defesa, nem para expressar seu repúdio, nem contou com a colaboração de membros da sociedade local. “Raras foram as publicações de defesa da comunidade judaica: um grande silêncio se manifestou por parte da comunidade judaica e da intelectualidade brasileira, não comprometida com o Estado Novo” (Carneiro, 1995, p. 26-27).

Tucci Carneiro (1995) observa uma espécie de “passividade” da comunidade judaica que, não encontrando espaço para realizar sua defesa, permaneceu inerte perante os ataques do governo estado-novista. Destaca, também, que uma severa censura sobre a imprensa escrita impedia manifestações a favor dos imigrantes judeus. A comunidade referida, dentro dessa análise, viveu o Estado Novo: amedrontada e impotente, frustrando qualquer expectativa de melhorar de vida através da imigração.

Buscando romper com qualquer ideia que garanta a existência de uma vida agradável para esses imigrantes no Brasil, durante o referido período, a autora evidencia uma linearidade na intolerância ao judeu, que se inicia com cristãos-novos, durante a colonização, e se estende até o período estudado. Priorizando o imigrante que chega ao Brasil em função da Segunda Guerra e analisando documentação policial, diplomática e depoimentos, Maria Luiza Tucci Carneiro (1995, p. 22) conclui que “existiram, entre nós, o paraíso dos trópicos, condimentos necessários que quase nos transformaram num purgatório nazista”.

Outro exemplo é a obra de Júlio José Chiavenato (1985), que vitimiza de tal forma a experiência histórica dos judeus no Brasil, que seu estudo intitula-se *O inimigo eleito: os judeus, o poder e o anti-semitismo*. Casos como esses são frequentes na historiografia recente (fora aqueles que reduzem a trajetória judaica ao exótico da cultura ou da colonização brasileira), que acabou por substituir a identidade de vilões para a de vítimas, negligenciando de igual forma a cultura judaica no Brasil.

Até o final dos anos 90, é possível identificar uma tendência historiográfica que objetiva reconstruir a história da presença judaica no Brasil, dos cristãos novos aos refugiados de guerra, linearizando as perseguições. Os judeus seriam uma espécie de grupo vítima da sociedade, para o qual se destinaram todas as agruras de intolerância. Esta visão historiográfica redimensionou as ideias negativas por uma visão de passividade dos judeus, apontados como permanentemente hostilizados.

O problema dessa abordagem centra-se em retirar o lugar de sujeito desse grupo de imigrantes: foca-se na perseguição e esquece-se da ação coletiva dos mesmos. Uma análise da experiência social da comunidade judaica, nos anos de intolerância da Era Vargas, permite visualizar interessantes estratégias de

negociação de identidade promovida pelo grupo e negligenciada pela referida historiografia.

4. A negociação de identidade: alguns exemplos

Na tentativa de promover uma imagem positiva de sua comunidade, os imigrantes judeus não permaneceram passivos, como muitas vezes postulou a historiografia sobre o assunto. Vários estudos de caso são possíveis para esta análise, mas este texto focará breves exemplos, através de notícias publicadas nos periódicos gaúchos.

Como eram descritos como degenerados sexualmente, uma das opções da comunidade judaica do Rio Grande do Sul foi investir na desconstrução da ideia de imoralidade presente no grupo. Desta forma, são muito intensas as publicações de matérias sobre eventos realizados nas associações da comunidade, como bailes (até mesmo de carnaval, para promover a ideia de incorporação da cultura brasileira), chás de senhoras, almoços em datas cívicas, entre outros festejos que, na grande maioria, eram abertos para todas as pessoas, independentemente de serem judias ou não, e tinham a função de criar a imagem familiar para os imigrantes judeus.

Também foram constantes os anúncios de nascimentos e casamentos, sempre desconstruindo a imagem de imoralidade que tinha sido formada sobre o grupo. Além das medidas que buscavam remodelar a imagem da comunidade sob o prisma de que era um grupo moralmente inquestionável, intensificou-se a campanha, por parte da comunidade judaica, de que eram bons trabalhadores. Para isto, as páginas dos periódicos do sul do Brasil passaram a exibir uma série de anúncios do comércio judaico. Estas propagandas sobre as atividades comerciais dos mesmos ressaltavam a qualidade do trabalho prestado, a seriedade da relação com seus clientes e as boas condições de compra, no que se refere às possibilidades de parcelamento do pagamento; o que remetia às boas intenções destes comerciantes, descartando a imagem de pessoas que viviam da usura e da exploração dos povos que os acolhiam.

Outra grande preocupação da comunidade judaica, ao longo desse processo de negociação de identidade e permanência em terras do sul do Brasil, foi evidenciar

uma postura de incorporação dos valores da brasilidade. Apesar de estarem cientes da política antissemita do governo Vargas, os imigrantes judeus promoveram uma série de manifestações cívicas, que homenageavam ao presidente. Quadros com as fotos de Vargas foram expostos em diversas sociedades do grupo, bem como os nomes de políticos da época, inclusive o do governante, foram dados às organizações culturais judaicas.

A comunidade buscava demonstrar-se agradecida ao presidente que a recebera em território brasileiro. Sem uma atitude de revide, a estratégia visava demonstrar práticas de cidadania, que ultrapassavam a incorporação da nacionalização forçada aos imigrantes. Identificavam-se como aqueles que verdadeiramente estavam vivenciando os valores de ser brasileiro. Para isto, práticas bastante distintas foram realizadas, como a participação de festas religiosas, do catolicismo, para consolidarem-se como um grupo que possuía fé em Deus, descaracterizando a acusação de ateísmo.

Não eram cristãos, mas tinham respeito pelas comemorações do cristianismo e, como acreditavam em Deus, respeitosamente, participavam das festividades Católicas. Foram frequentes as participações judaicas nas festas do Divino Espírito Santo. Outra manifestação cultural da comunidade judaica, buscando promover a imagem de integração à cultura local, foi a realização de bailes de carnaval. Como alguns imigrantes ainda não dominavam a língua portuguesa, as marchinhas eram cantadas em português e em iídiche.

Assim, os imigrantes judeus organizaram uma estratégia de negociação de identidade cultural e permanência em terras brasileiras que extrapolou e não se orientou pelo revide das ações antissemitas que sofriam. Buscaram evidenciar uma imagem positiva sobre a comunidade, desconstruindo as ideias negativas que eram elaboradas sobre a mesma. Ocuparam-se em consolidar a imagem de que eram imigrantes úteis, que se adaptavam às necessidades imigratórias do país, que eram bons judeus.

Considerações finais

O judeu não recebe o mérito de ter sido colonizador, colono ou mesmo imigrante. Carrega o estigma do errante, de forma que, na maior parte das vezes, é visto como o não cidadão, o que não se relaciona afetivamente com o país onde está. A ele não foi dado nem mesmo o direito da identidade hifenizada. Os nascidos no Brasil (independentemente de qual geração) são apenas “judeus”.

Cada grupo se alimenta da construção que melhor lhe convém e constrói o seu próprio judeu. É o caso dos neonazistas que elaboram sua construção através das formulações obsoletas e descontextualizadas das primeiras décadas do século XX. Afinal, a identidade judaica também se constrói através da emoção, do ódio aos deicidas, da piedade às vítimas do holocausto, da indignação pelo conflito árabe-israelense, etc.

Na ausência da apologia que alimenta a trajetória de outros grupos de imigrantes e sob a sombra do iminente preconceito, a identidade cultural judaica ofusca-se no palco das celebrações étnicas. A reafirmação do purismo de alguns grupos, motivo de orgulho para os mesmos, não encontra muito espaço entre os judeus.

Nesse sentido, esse texto buscou evidenciar que a identidade judaica se constrói através do discurso do outro que, incapacitado de compreender outro universo cultural, cria ou recria a sua própria concepção sobre o judaísmo. Esse judeu que todos julgam conhecer é fruto das concepções brasileiras sobre o judaísmo, como foi evidenciado nos exemplos arrolados.

Obviamente nenhum purismo étnico pode ser alcançado em terras brasileiras, mas o discurso sobre a identidade cultural judaica devia cada vez mais ir à busca de uma nova voz, a dos judeus. Ou então, mantenha-se o preconceito sobre algo que se imagina existir. Por outro lado, é necessário ressaltar que os judeus nunca foram vítimas passivas destas visões estereotipadas de sua comunidade. Durante seu processo de instalação em terras brasileiras e nos períodos de intensificação de antissemitismo, desenvolveu estratégias de negociação de identidade cultural, que garantiram sua permanência no Brasil.

Se o “olhar” historiográfico, no entanto, permanece centrado na documentação oficial do Estado, bem como nos discursos de grupos antissemitas da primeira metade do século XX, ratifica-se a ideia de grupo sistematicamente perseguido e indefeso diante das agruras a ele impostas. É necessário, neste processo de construção da história da comunidade judaica no Brasil, elaborar um discurso que permita “ouvir a voz” dos imigrantes judeus, dando a eles o lugar de sujeitos na sua própria trajetória.

Referências bibliográficas

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo [antissemitismo] na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CHIAVENATO, Júlio José. *O inimigo eleito: os judeus, o poder e o anti-semitismo [antissemitismo]*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

CROSSAN, John Dominic. *Quem matou Jesus? As raízes do anti-semitismo [antissemitismo] na história evangélica da morte de Jesus*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. v. 1.

GUINSBURG, J. *O judeu e a modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. *Reflexões sobre o racismo*. 6. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978.

Fontes primárias

Correio do Povo, Porto Alegre, 21 de abril de 1936.

Estrella do Sul, Porto Alegre, 23 de outubro de 1932/12 de agosto de 1937.

Unitas, Porto Alegre, 1930/1933.

Recebido em 10/01/2013, revisado em 22/05/2013, aceito para publicação em 13/06/2013.